

This document contains text automatically extracted from a PDF or image file. Formatting may have been lost and not all text may have been recognized.

To remove this note, right-click and select "Delete table".

XIV - PRESENTE E FUTURO*

1. A AMEAÇA QUE PESA SOBRE O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA

488 O que nos reserva o futuro? Embora nem sempre com a mesma intensidade, esta pergunta preocupou a humanidade em todos os tempos. Historicamente, é sobretudo em épocas profundamente marcadas por dificuldades físicas, políticas, econômicas e espirituais que o ser humano volta seus olhos angustiados para o futuro e se multiplicam então as antecipações, utopias e visões apocalípticas. Lembremos, por exemplo, a época de Augusto, no início da era cristã, com suas expectativas milenaristas, ou as transformações sofridas pelo espírito ocidental ao final do primeiro milênio depois de Cristo. Às vésperas do ano 2000, vivemos hoje um tempo dilacerado pelas imagens apocalípticas de uma destruição planetária. O que significa o corte que divide a humanidade em dois lados e se exprime como uma "cortina de ferro"? O que poderá suceder a nossa cultura e a nossa própria humanidade se as bombas de hidrogênio vierem a ser detonadas, ou se as trevas do absolutismo de Estado chegarem a recobrir toda a Europa?

489 Não temos qualquer razão que nos permita considerar com superficialidade esta ameaça. Por toda parte do mundo ocidental, já existem minorias subversivas e incendiárias prontas para entrar em ação, que gozam da proteção de nossa humanidade e de nossa consciência jurídica. Face à disseminação de suas idéias, nada podemos contrapor a não ser a razão crítica de uma certa camada da população, espiritualmente estável e consciente. Todavia, não se deve superestimar a força desta camada. Ela varia imensamente de um país para outro, dependendo, em cada região, da educação e formação próprias de seu povo e também dos efeitos provocados pelos fatores de destruição de natureza política e econômica. Baseados em plebiscitos, podemos estabelecer a estimativa otimista de que essa camada corresponde, no máximo, a sessenta por cento dos eleitores. Contudo, isso não desfaz uma visão mais pessimista, se considerarmos que o dom da razão e da reflexão crítica não constitui uma propriedade incondicional do homem. Mesmo onde existe, ele se mostra, muitas vezes, instável e oscilante, sobretudo quando os grupos políticos adquirem uma vasta penetração. Se o Estado de direito sucumbe, por exemplo, a um acesso de fraqueza, a massa pode esmagar a compreensão e reflexão ainda presentes em indivíduos isolados, levando fatalmente a um a tirania autoritária e doutrinária.

490 Uma argumentação racional é apenas possível e profícua quando as emoções provocadas por alguma situação não ultrapassam determinado ponto crítico. Pois quando a temperatura afetiva se eleva para além desse nível, a razão perde sua possibilidade efetiva, surgindo em seu lugar slogans e desejos quiméricos, isto é, uma espécie de possessão coletiva que, progressivamente, conduz a uma epidemia psíquica. Nestas condições, prevalecem todos os elementos da população que levam uma existência anti-social, tolerada pela ordem da razão. Esse tipo de indivíduo não é simplesmente uma curiosidade apenas vista nas prisões e nos hospícios. Em minha opinião, para cada caso manifesto de doença mental existem ao menos dez casos latentes que nem sempre chegam a se manifestar, mas cujas condutas e concepções encontram-se sob a influência de fatores inconscientes doentios e perversos, apesar de toda a aparência de normalidade. Evidentemente não podemos dispor de nenhuma estatística médica a respeito da frequência das psicoses latentes. Mas mesmo que o seu número fosse inferior a um décimo dos casos manifestos de doença mental e criminalidade, sua incidência relativamente baixa ainda significaria muito, em vista da alta periculosidade que esses elementos representam. O seu estado mental corresponde a um grupo da população que se acha coletivamente exaltado por preconceitos afetivos e fantasias de desejo impulsivas. Nessa espécie de ambiente, eles se sentem totalmente ajustados e em casa. Eles conhecem, por experiência própria, a linguagem desses estados e sabem lidar com eles. Suas quimeras, baseadas em ressentimentos fanáticos, fazem apelo para a irracionalidade coletiva, encontrando aí um solo frutífero, na medida em que exprimem certos motivos e ressentimentos também presentes nas pessoas normais, embora adormecidos sob o manto da razão e da compreensão. Esses indivíduos, apesar de constituírem um número pequeno em relação ao conjunto da população, representam um grande perigo, pois são fonte infecciosas sobretudo em razão do conhecimento muito limitado que as pessoas, ditas normais, possuem de si mesmas.

* Publicado pela primeira vez in: *Schweizer Monatshefte* XXXVI/12 (Zurique, março de 1957) como suplemento especial. Reeditado por Rascher, em brochura, Zurique 1957, 1958 e 1964.

XIV - PRESENTE E FUTURO*

1. A AMEAÇA QUE PESA SOBRE O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA

488 O que nos reserva o futuro? Embora nem sempre com a mesma intensidade, esta pergunta

preocupou a humanidade em todos os tempos. Historicamente, é sobretudo em épocas

profundamente

marcadas por dificuldades físicas, políticas, econômicas e espirituais que o ser humano volta seus olhos

angustiados para o futuro e se multiplicam então as antecipações, utopias e visões

apocalípticas.

Lembremos, por exemplo, a época de Augusto, no início da era cristã, com suas

expectativas milenaristas,

ou as transformações sofridas pelo espírito ocidental ao final do primeiro milênio depois de Cristo. Às

vésperas do ano 2000, vivemos hoje um tempo dilacerado pelas imagens apocalípticas de uma destruição

planetária. O que significa o corte que divide a humanidade em dois lados e se exprime como uma

"cortina de ferro"? O que poderá suceder a nossa cultura e a nossa própria humanidade se as bombas de

hidrogênio vierem a ser detonadas, ou se as trevas do absolutismo de Estado chegarem a recobrir toda a

Europa?

489 Não temos qualquer razão que nos permita considerar com superficialidade esta ameaça. Por toda

parte do mundo ocidental, já existem minorias subversivas e incendiárias prontas para entrar em ação, que

gozam da proteção de nossa humanidade e de nossa consciência jurídica. Face à

disseminação de suas

idéias, nada podemos contrapor a não ser a razão crítica de uma certa camada da população,

espiritualmente estável e consciente. Todavia, não se deve superestimar a força desta camada. Ela varia

imensamente de um país para outro, dependendo, em cada região, da educação e formação próprias de seu

povo e também dos efeitos provocados pelos fatores de destruição de natureza política e econômica.

Baseados em plebiscitos, podemos estabelecer a estimativa otimista de que essa camada corresponde, no

máximo, a sessenta por cento dos eleitores. Contudo, isso não desfaz uma visão mais pessimista, se considerarmos que o dom da razão e da reflexão crítica não constitui uma propriedade incondicional do homem. Mesmo onde existe, ele se mostra, muitas vezes, instável e oscilante, sobretudo quando os grupos

políticos adquirem uma vasta penetração. Se o Estado de direito sucumbe, por exemplo, a um acesso de fraqueza, a massa pode esmagar a compreensão e reflexão ainda presentes em indivíduos isolados, levando fatalmente a uma tirania autoritária e doutrinária.

490 Uma argumentação racional é apenas possível e profícua quando as emoções provocadas por alguma situação não ultrapassam determinado ponto crítico. Pois quando a temperatura afetiva se eleva para além desse nível, a razão perde sua possibilidade efetiva, surgindo em seu lugar slogans e desejos quiméricos, isto é, uma espécie de possessão coletiva que, progressivamente, conduz a uma epidemia psíquica. Nestas condições, prevalecem todos os elementos da população que levam uma existência anti-social, tolerada pela ordem da razão. Esse tipo de indivíduo não é simplesmente uma curiosidade apenas vista nas prisões e nos hospícios. Em minha opinião, para cada caso manifesto de doença mental existem ao menos dez casos latentes que nem sempre chegam a se manifestar, mas cujas condutas e concepções encontram-se sob a influência de fatores inconscientes doentios e perversos, apesar de toda a aparência de normalidade. Evidentemente não podemos dispor de nenhuma estatística médica a respeito da frequência das psicoses latentes. Mas mesmo que o seu número fosse inferior a um décimo dos casos manifestos de doença mental e criminalidade, sua incidência relativamente baixa ainda significaria muito, em vista da alta periculosidade que esses elementos representam. O seu estado mental corresponde a um grupo da população que se acha coletivamente exaltado por preconceitos afetivos e fantasias de desejo impulsivas. Nessa espécie de ambiente, eles se sentem totalmente ajustados e em casa. Eles

conhecem, por
experiência própria, a linguagem desses estados e sabem lidar com eles. Suas
quimeras, baseadas em
ressentimentos fanáticos, fazem apelo para a irracionalidade coletiva, encontrando aí
um solo frutífero, na
medida em que exprimem certos motivos e ressentimentos também presentes nas
pessoas normais,
embora adormecidos sob o manto da razão e da compreensão. Esses indivíduos,
apesar de constituírem
um número pequeno em relação ao conjunto da população, representam um grande
perigo, pois são fontes
infecciosas sobretudo em razão do conhecimento muito limitado que as pessoas, ditas
normais, possuem
de si mesmas.

* [Publicado pela primeira vez in: *Schweizer Monatshefte* XXXV1/12 (Zurique, março de 1957) como
suplemento especial.

Reeditado por Rascher, em brochura, Zurique 1957, 1958 e 1964].

491 Normalmente confundimos "autoconhecimento" com o conhecimento da personalidade consciente do eu. Aquele que tem alguma consciência do eu acredita, obviamente, conhecer a si mesmo. O eu, no entanto, só conhece os seus próprios conteúdos, desconhecendo o inconsciente e seus respectivos conteúdos. O homem mede seu autoconhecimento através daquilo que o meio social sabe normalmente a seu respeito e não a partir do fato psíquico real que, na maior parte das vezes, lhe é desconhecido. Nesse sentido, a psique se comporta como o corpo em relação a sua estrutura fisiológica e anatômica, desconhecida pelo leigo. Embora o leigo viva nela e com ela, via de regra ele a desconhece. Tem então que recorrer a conhecimentos científicos específicos para tomar consciência, ao menos, do que é possível saber, desconsiderando o que ainda não se sabe, e que também existe.

492 O que comumente chamamos de "autoconhecimento" é, portanto, um conhecimento muito restrito na maior parte das vezes, dependente de fatores sociais - daquilo que acontece na psique humana. Por isso, ele muitas vezes tropeça no preconceito de que tal fato não acontece "conosco", "com a nossa família", ou em nosso meio mais ou menos imediato. Por outro lado, a pessoa se defronta com pretensões ilusórias sobre suposta presença de qualidades que apenas servem para encobrir os verdadeiros fatos.

493 O campo amplo e vasto do inconsciente, não alcançado pela crítica e pelo controle da consciência, acha-se aberto e desprotegido para receber todas as influências e infecções psíquicas possíveis. Com o sempre acontece quando nos vemos numa situação de perigo, nós só podemos nos proteger das contaminações psíquicas quando ficamos sabendo o que nos está atacando, como, onde e quando isso se dá. Uma teoria, porém, que se limitasse estritamente a essa perspectiva seria de pouca valia para o autoconhecimento, já que este trata do conhecimento de fatos *individuais*. Quanto mais uma teoria pretende validade universal, menor a sua possibilidade de aplicação a uma conjuntura de fatos individuais. Toda teoria que se baseia na experiência é, necessariamente, estatística, ela estipula uma média ideal, que elimina todas as exceções, em cada extremidade da escala, em cima e embaixo, substituindo-as por um valor médio abstrato. Este valor figura na teoria como um fato fundamental e incontestável mesmo quando não ocorre sequer uma vez na realidade. As exceções numa ou noutra direção, embora reais, não constam absolutamente dos resultados finais, uma vez que se anulam reciprocamente. Ao determinar, por exemplo, o peso de cada seixo no fundo de um rio e obter um valor médio de 145g, isto muito pouco me diz da verdadeira natureza da respectiva camada de seixos. Quem, baseando-se nessa conclusão, acreditasse poder encontrar, numa primeira amostra, um seixo de 145g, certamente, sofreria uma grande decepção. Pode mesmo acontecer de não encontrar uma só pedra com esse valor, por mais que procure.

494 O método estatístico proporciona um termo médio ideal de uma conjuntura de fatos e não o quadro de sua realidade empírica. Embora possa fornecer um aspecto incontestável da realidade, pode também falsear a verdade factual, a ponto de incorrer em graves erros. Isso acontece, de modo especial, nas teorias baseadas em estatística. Os fatos reais, porém, se evidenciam em sua individualidade; de certo modo, pode-se dizer que o quadro real se baseia nas exceções da regra, e a realidade absoluta, por sua vez, caracteriza-se predominantemente pela *irregularidade*.

495 Em meio a essas observações, devemos lembrar que o nosso objetivo aqui é discutir as possibilidades de uma teoria capaz de constituir um fio condutor para o autoconhecimento. Não há e não pode haver autoconhecimento baseado em pressupostos teóricos, pois o objetivo desse conhecimento é um indivíduo, ou seja, uma exceção e uma irregularidade relativas. Sendo assim, não é o universal e o regular que caracterizam o indivíduo, mas o único. Ele não deve ser entendido com o unidade recorrente, mas como algo único e singular que, em última análise, não pode ser comparada nem mesmo conhecida. O homem pode e deve inclusive ser descrito enquanto unidade estatística porque, do contrário, nenhum a característica geral lhe poderia ser atribuída. Para esse fim, ele deve ser considerado como uma unidade comparável. Desse modo, tem início uma antropologia de validade universal e também uma psicologia segundo um quadro abstrato do homem médio que, para se constituir como tal, perde todos os seus traços singulares. Contudo, esses traços são justamente os mais importantes para a compreensão do homem. Se pretendo conhecer o homem em sua singularidade, devo abdicar de todo conhecimento científico do homem médio e renunciar a toda teoria de modo a tornar possível um questionamento novo a livre de preconceitos. Só posso empreender a tarefa da compreensão com a mente desembaraçada e livre (*vacua et libera mente*), ao passo que o conhecimento do homem requer sempre todo o saber possível sobre o homem em geral.

491 Normalmente confundimos "autoconhecimento" com o conhecimento da personalidade consciente do eu. Aquele que tem alguma consciência do eu acredita, obviamente, conhecer a si mesmo. O eu, no entanto, só conhece os seus próprios conteúdos, desconhecendo o inconsciente e seus respectivos conteúdos. O homem mede seu autoconhecimento através daquilo que o meio social sabe normalmente a seu respeito e não a partir do fato psíquico real que, na maior parte das vezes, lhe é desconhecido. Nesse sentido, a psique se comporta como o corpo em relação a sua estrutura fisiológica e anatômica, desconhecida pelo leigo, Embora o leigo viva nela e com ela, via de regra ele a desconhece. Tem então que recorrer a conhecimentos científicos específicos para tomar consciência, ao menos, do que é possível saber, desconsiderando o que ainda não se sabe, e que também existe.

492 O que comumente chamamos de "autoconhecimento" é, portanto, um conhecimento muito restrito na maior parte das vezes, dependente de fatores sociais - daquilo que acontece na psique humana. Por isso, ele muitas vezes tropeça no preconceito de que tal fato não acontece "conosco", "com a nossa família", ou em nosso meio mais ou menos imediato. Por outro lado, a pessoa se defronta com pretensões ilusórias sobre suposta presença de qualidades que apenas servem para encobrir os verdadeiros fatos.

493 O campo amplo e vasto do inconsciente, não alcançado pela crítica e pelo controle da consciência, acha-se aberto e desprotegido para receber todas as influências e infecções psíquicas possíveis. Como sempre acontece quando nos vemos numa situação de perigo, nós só podemos nos proteger das contaminações psíquicas quando ficamos sabendo o que nos está atacando, como, onde e quando isso se dá. Uma teoria, porém, que se limitasse estritamente a essa perspectiva seria de pouca valia para o autoconhecimento, já que este trata do conhecimento de fatos *individuais*. Quanto mais uma teoria

pretende validade universal, menor a sua possibilidade de aplicação a uma conjuntura de fatos individuais. Toda teoria que se baseia na experiência é, necessariamente, estatística; ela estipula uma média ideal, que elimina todas as exceções, em cada extremidade da escala, em cima e embaixo,

substituindo-as por um valor médio abstrato. Este valor figura na teoria como um fato incontestável mesmo quando não ocorre sequer uma vez na realidade. As exceções numa ou noutra direção, embora reais, não constam absolutamente dos resultados finais, uma vez que se anulam reciprocamente. Ao determinar, por exemplo, o peso de cada seixo no fundo de um rio e obter um valor médio de 145g, isto muito pouco me diz da verdadeira natureza da respectiva camada de seixos. Quem, baseando-se nessa conclusão, acreditasse poder encontrar, numa primeira amostra, um seixo de 145g, certamente, sofreria uma grande decepção. Pode mesmo acontecer de não encontrar uma só pedra com esse valor, por mais que procure.

494 O método estatístico proporciona um termo médio ideal de uma conjuntura de fatos e não o quadro de sua realidade empírica. Embora possa fornecer um aspecto incontestável da realidade, pode também falsear a verdade factual, a ponto de incorrer em graves erros. Isso acontece, de modo especial, nas teorias baseadas em estatística. Os fatos reais, porém, se evidenciam em sua individualidade; de certo

modo, pode-se dizer que o quadro real se baseia nas exceções da regra, e a realidade absoluta, por sua vez, caracteriza-se predominantemente pela *irregularidade*.

495 Em meio a essas observações, devemos lembrar que o nosso objetivo aqui é discutir as possibilidades de uma teoria capaz de constituir um fio condutor para o autoconhecimento. Não há e não pode haver autoconhecimento baseado em pressupostos teóricos, pois o objetivo desse conhecimento é um indivíduo, ou seja, uma exceção e uma irregularidade relativas. Sendo assim, não é o universal e o

regular que caracterizam o indivíduo, mas o único. Ele não deve ser entendido como unidade recorrente, mas como algo único e singular que, em última análise, não pode ser comparada nem mesmo conhecida.

O homem pode e deve inclusive ser descrito enquanto unidade estatística porque, do contrário, nenhuma

característica geral lhe poderia ser atribuída. Para esse fim, ele deve ser considerado como uma unidade comparável. Desse modo, tem início uma antropologia de validade universal e também uma psicologia

segundo um quadro abstrato do homem médio que, para se constituir como tal, perde todos os seus traços

singulares. Contudo, esses traços são justamente os mais importantes para a compreensão do homem. Se

pretendo conhecer o homem em sua singularidade, devo abdicar de todo conhecimento científico do

homem médio e renunciar a toda teoria de modo a tornar possível um questionamento novo a livre de

preconceitos. Só posso empreender a tarefa da compreensão com a mente desembaraçada e livre (*vacua et*

libera mente), ao passo que o conhecimento do homem requer sempre todo o saber possível sobre o

homem em geral.

496 Quer se trate da compreensão de um ser humano ou do conhecimento de mim mesmo, devo abandonar, em ambos os casos, todos os pressupostos teóricos. E tenho consciência de, eventualmente, passar por cima do conhecimento científico. No entanto, considerando-se que o conhecimento científico goza não apenas de aceitação universal mas constitui a única autoridade para o homem moderno, a compreensão do indivíduo significa, por assim dizer, o "crimen laese maiestatis" (um crime de lesa-majestade) porque prescinde do conhecimento científico. Essa renúncia significa um grande sacrifício; de fato, a atitude científica não pode abrir mão da consciência de sua responsabilidade. Se o psicólogo em causa for um médico que não apenas pretende classificar seus pacientes segundo as categorias científicas mas também deseja compreendê-los, ficará, em certas situações, exposto a uma colisão de direitos entre duas partes opostas e excludentes: de um lado, o conhecimento e, de outro, a compreensão. Esse conflito não se resolve com uma alternativa exclusiva - "ou ou" - e sim por uma via dupla do pensamento: fazer uma coisa sem perder a outra de vista.

497 Observando-se que, por princípio, as vantagens do conhecimento redundam especificamente em desvantagem para a compreensão, o julgamento decorrente pode se tornar um paradoxo. Para o julgamento científico, o indivíduo constitui uma mera unidade que se repete indefinidamente e pode ser igualmente expresso por uma letra ou um número. Para a compreensão, o homem em sua singularidade consiste no único e no mais nobre objeto de sua investigação, sendo necessário o abandono de todas as leis e regras que, antes de tudo, se encontram no coração da ciência. O médico principalmente deve ter consciência desta contradição. Por um lado, ele está equipado com as verdades estatísticas de sua formação científica e, por outro lado, ele se depara com a tarefa de cuidar de um doente que, principalmente no caso da doença mental, exige uma compreensão individual. Quanto mais esquemático o tratamento, maiores as resistências no paciente e mais comprometida a possibilidade de cura. O psicoterapeuta ver-se-á obrigado a considerar a individualidade do paciente com o fato essencial, a partir do qual deverá ajustar os métodos terapêuticos. Hoje já se tornou um consenso na medicina de que a tarefa do médico consiste em tratar de uma pessoa doente e não de uma doença abstrata que qualquer um poderia contrair.

498 O que acabo de discutir em relação à medicina é apenas um caso específico dentre os problemas mais gerais da educação e da formação. Uma formação em princípio científica baseia-se, essencialmente, em verdades científicas e em conhecimentos abstratos que transmitem uma cosmovisão irreal, embora racional, em que o indivíduo, como fenômeno marginal, não desempenha nenhum papel. Mas o indivíduo, como um dado irracional, é o verdadeiro portador da realidade, é o homem concreto em oposição ao homem ideal ou "normal" irreal, ao qual se referem as teses científicas. Deve-se ainda acrescentar que as ciências naturais, em particular, sempre têm a pretensão de apresentar seus resultados de pesquisa como se estes pudessem ser alcançados sem a intervenção do homem, isto é, sem a componente indispensável da psique. (Uma exceção a essa regra é o reconhecimento, na física moderna, de que o observador e o fato observado não são independentes). As ciências naturais, em oposição às "humanidades", impõem, portanto, uma imagem do mundo que exclui a psique humana real.

499 Sob a influência dos pressupostos científicos, tanto a psique como o homem individual, e na verdade qualquer acontecimento singular, sofrem um nivelamento e um processo de deformação que distorce a imagem da realidade e a transforma em média ideal. Entretanto, não podemos subestimar o efeito psicológico da imagem estatística do mundo: ela reprime o fator individual em favor de unidades anônimas que se acumulam em formações de massa. Em lugar da essência singular concreta, surgem nomes de organizações e, no ápice desse processo, o conceito abstrato do Estado enquanto princípio da realidade política. É inevitável, então, que a responsabilidade moral do indivíduo seja substituída pela razão do Estado. Em lugar da diferenciação moral e espiritual do indivíduo, aparecem os serviços públicos e a elevação do padrão de vida. O sentido e a finalidade da vida individual (a única vida real!) não repousam mais sobre o desenvolvimento individual mas sobre uma razão de Estado, imposta de fora para dentro do homem, ou seja, na objetivação de um conceito abstrato cuja tendência é colocar-se com o a única instância de vida. A decisão moral e a conduta de vida são, progressivamente, retiradas do indivíduo que, encarado como unidade social, passa a ser administrado, nutrido, vestido, formado, alojado e divertido em alojamentos próprios, organizados segundo a satisfação da massa. Os administradores, por sua vez, constituem também unidades sociais, com a diferença apenas de que são os defensores especializados da doutrina do Estado. Para essa função, não são necessárias personalidades com grande

496 Quer se trate da compreensão de um ser humano ou do conhecimento de mim mesmo, devo

abandonar, em ambos os casos, todos os pressupostos teóricos. E tenho consciência de, eventualmente,

passar por cima do conhecimento científico. No entanto, considerando-se que o

conhecimento científico goza não apenas de aceitação universal mas constitui a única autoridade para o homem moderno, a

compreensão do indivíduo significa, por assim dizer, o "crimen laese maiestatis" (um crime de lesa-

majestade) porque prescinde do conhecimento científico. Essa renúncia significa um grande sacrifício; de

fato, a atitude científica não pode abrir mão da consciência de sua responsabilidade. Se o psicólogo em

causa for um médico que não apenas pretende classificar seus pacientes segundo as categorias científicas

mas também deseja compreendê-los, ficará, em certas situações, exposto a uma colisão de direitos entre

duas partes opostas e excludentes: de um lado, o conhecimento e, de outro, a compreensão. Esse conflito

não se resolve com uma alternativa exclusiva - "ou ou" - e sim por uma via dupla do pensamento: fazer

uma coisa sem perder a outra de vista.

497 Observando-se que, por princípio, as vantagens do conhecimento redundam especificamente em

desvantagem para a compreensão, o julgamento decorrente pode se tornar um paradoxo. Para o

julgamento científico, o indivíduo constitui uma mera unidade que se repete

indefinidamente e pode ser

igualmente expresso por uma letra ou um número. Para a compreensão, o homem em sua singularidade

consiste no único e no mais nobre objeto de sua investigação, sendo necessário o abandono de todas as

leis e regras que, antes de tudo, se encontram no coração da ciência. O médico principalmente deve ter

consciência desta contradição. Por um lado, ele está equipado com as verdades estatísticas de sua

formação científica e, por outro lado, ele se depara com a tarefa de cuidar de um doente que,

principalmente no caso da doença mental, exige uma compreensão individual. Quanto mais esquemático o tratamento, maiores as resistências no paciente e mais comprometida a possibilidade de cura. O psicoterapeuta ver-se-á obrigado a considerar a individualidade do paciente como fato essencial, a partir

do qual deverá ajustar os métodos terapêuticos. Hoje já se tornou um consenso na medicina de que a tarefa do médico consiste em tratar de uma pessoa doente e não de uma doença abstrata que qualquer um poderia contrair.

498 O que acabo de discutir em relação à medicina é apenas um caso específico dentre os problemas mais gerais da educação e da formação. Uma formação em princípio científica baseia-se, essencialmente, em verdades científicas e em conhecimentos abstratos que transmitem uma cosmovisão irreal, embora racional, em que o indivíduo, como fenômeno marginal, não desempenha nenhum papel. Mas o indivíduo, como um dado irracional, é o verdadeiro portador da realidade, é o homem concreto em oposição ao homem ideal ou "normal" irreal, ao qual se referem as teses científicas. Deve-se ainda acrescentar que as ciências naturais, em particular, sempre têm a pretensão de apresentar seus resultados de pesquisa como se estes pudessem ser alcançados sem a intervenção do homem, isto é, sem a componente indispensável da psique. (Uma exceção a essa regra é o reconhecimento, na física moderna, de que o observador e o fato observado não são independentes). As ciências naturais, em oposição às "humanidades", impõem, portanto, uma imagem do mundo que exclui a psique humana real.

499 Sob a influência dos pressupostos científicos, tanto a psique como o homem individual, e na verdade qualquer acontecimento singular, sofrem um nivelamento e um processo de deformação que distorce a imagem da realidade e a transforma em média ideal. Entretanto, não podemos subestimar o efeito psicológico da imagem estatística do mundo: ela reprime o fator individual em

favor de unidades
anônimas que se acumulam em formações de massa. Em lugar da essência singular
concreta, surgem
nomes de organizações e, no ápice desse processo, o conceito abstrato do Estado
enquanto princípio da
realidade política. É inevitável, então, que a responsabilidade moral do indivíduo seja
substituída pela
razão do Estado. Em lugar da diferenciação moral e espiritual do indivíduo, aparecem
os serviços
públicos e a elevação do padrão de vida. O sentido e a finalidade da vida individual (a
única vida real!)
não repousam mais sobre o desenvolvimento individual mas sobre uma razão de
Estado, imposta de fora
para dentro do homem, ou seja, na objetivação de um conceito abstrato cuja tendência
é colocar-se como
a única instância de vida. A decisão moral e a conduta de vida são, progressivamente,
retiradas do
indivíduo que, encarado como unidade social, passa a ser administrado, nutrido,
vestido, formado, alojado
e divertido em alojamentos próprios, organizados segundo a satisfação da massa. Os
administradores, por
sua vez, constituem também unidades sociais, com a diferença apenas de que são os
defensores
especializados da doutrina do Estado. Para essa função, não são necessárias
personalidades com grande

capacidade de discernimento, mas somente especialistas que nada mais saibam fazer senão coisas de sua especialidade. A razão de Estado decide o que se deve ensinar e aprender.

500 A doutrina do Estado, aparentemente onipotente, é manipulada em nome da razão de Estado pelos representantes mais altos do governo que concentram em si todo o poder. Aquele que alcança tais posições, quer pelo voto, quer pela força, não depende mais de nenhuma instância superior, visto que ele é a própria razão de Estado, podendo proceder, em meio às possibilidades apresentadas, segundo critérios pessoais. Ele poderia afirmar ao lado de Luís XIV: "L'état c'est moi" (O Estado sou eu). Sendo assim, ele é o único ou, pelo menos, um dos poucos indivíduos que poderiam fazer uso de sua individualidade, caso soubessem como não se identificar com a doutrina de Estado. É bem mais provável, porém, que os dirigentes sejam escravos de suas próprias ficções. Essa espécie de unidimensionalidade é sempre compensada por tendências inconscientes subversivas. Escravidão e rebelião são duas faces inseparáveis da mesma moeda. Todo organismo é perpassado, de ponta a ponta, pela inveja do poder e pela desconfiança. Além disso, para compensar a sua caótica falta de identidade, uma massa pode gerar um "líder" que infalivelmente se torna vítima de sua consciência do eu inflada, e do qual a história nos oferece inúmeros exemplos.

501 Esse tipo de desdobração se torna possível no momento em que o indivíduo se massifica, tornando-se obsoleto. Além das aglomerações de grandes massas humanas nas quais o indivíduo, mais cedo ou mais tarde, desaparece, um dos principais fatores da massificação é o racionalismo científico. Este deita por terra os fundamentos e a dignidade da vida individual ao retirar do homem a sua individualidade, transformando-o em unidade social e num número abstrato da estatística de uma organização. Nesse contexto, o indivíduo só desempenha o papel de unidade substituível e infinitesimal. Do ponto de vista racional e exterior, não se consegue mais imaginar como se poderia atribuir algum a dignidade à vida humana individual e chega mesmo a se tornar ridículo falar de valor ou sentido do indivíduo, dada a evidência da verdade que se lhe contrapõe.

502 O indivíduo, portanto, nesse horizonte, possui uma importância mínima. É uma espécie em extinção. Quem ousar afirmar o contrário sofrerá imensos embaraços em sua argumentação. O fato de o indivíduo atribuir importância à sua própria pessoa, aos membros de sua família e aos amigos e conhecidos que compõem o seu meio somente comprova a estranha subjetividade de seu sentimento. Na verdade, o que significam esses poucos em comparação com os dez mil, cem mil ou milhões que o rodeiam? Isso me lembra a opinião de um estimado amigo que encontrei, certa vez, no meio de uma multidão de mais de dez mil pessoas. Subitamente, ele se virou e disse: "Aí está a prova mais convincente contra a crença na imortalidade: *toda esta gente quer ser imortal!*"

503 Quanto maior a multidão, mais "indigno" o indivíduo. Quando o indivíduo, esmagado pela sensação de sua insignificância e impotência, vê que a vida perdeu sentido - que afinal não é a mesma coisa que bem-estar social e alto padrão de vida - encontra-se a caminho da escravidão do Estado e, sem saber nem querer, se tornou seu prosélito. Aquele que só admite olhar a partir de uma perspectiva externa e dos grandes números nada possui que possa defendê-lo do testemunho de seus sentidos e de sua razão. É precisamente isso que todo mundo faz: deixar-se fascinar e subjugar pelas verdades estatísticas e pelas grandes cifras e ser, diariamente, doutrinado acerca da unidade e impotência da personalidade singular devido a sua incapacidade de representar e personificar uma organização de massa. Por outro lado, o indivíduo que entre em cena à vista de todos e faz ouvir sua voz às multidões, parece, ao ver do público sem senso crítico, sustentado por determinado movimento de massa ou pela opinião pública, que então o aceita ou combate. Como, em geral, predomina a sugestão de massa, não fica muito evidente se a sua mensagem é dela mesma, pela qual tem responsabilidade pessoal, ou se funciona apenas como porta-voz da opinião coletiva.

504 Nessas circunstâncias, se compreende que o juízo individual seja cada vez mais inseguro de si mesmo e que a responsabilidade seja coletivizada ao máximo: o indivíduo renuncia a julgar, confiando o julgamento a uma corporação. Com isso, o indivíduo se torna, cada vez mais, uma função da sociedade que, por sua vez, reivindica para si a função de único portador real da vida, mesmo que, no fundo, não passe de uma ideia assim como o Estado. Ambos são hipostasiados, ou seja, tornam-se autônomos. E, desse modo, transformam-se numa personalidade quase viva, da qual tudo se pode esperar. Na verdade, o Estado representa uma camuflagem para todos os indivíduos que sabem manipulá-lo. O Estado de direito resvala para a situação de uma forma primitiva de sociedade, isto é, do comunismo das tribos primitivas sujeitas à autocracia de um chefe ou de uma oligarquia.

capacidade de discernimento, mas somente especialistas que nada mais saibam fazer senão coisas de sua especialidade. A razão de Estado decide o que se deve ensinar e aprender. 500 A doutrina do Estado, aparentemente onipotente, é manipulada em nome da razão de Estado pelos

representantes mais altos do governo que concentram em si todo o poder. Aquele que alcança tais posições, quer pelo voto, quer pela força, não depende mais de nenhuma instância superior, visto que ele é a própria razão de Estado, podendo proceder, em meio às possibilidades apresentadas, segundo critérios pessoais. Ele poderia afirmar ao lado de Luís XIV: "L'état c'est moi" (O Estado sou eu). Sendo assim, ele é o único ou, pelo menos, um dos poucos indivíduos que poderiam fazer uso de sua individualidade, caso soubessem como não se identificar com a doutrina de Estado. É bem mais provável, porém, que os dirigentes sejam escravos de suas próprias ficções. Essa espécie de unidimensionalidade é sempre compensada por tendências inconscientes subversivas. Escravidão e rebelião são duas faces inseparáveis da mesma moeda. Todo organismo é perpassado, de ponta a ponta, pela inveja do poder e pela desconfiança. Além disso, para compensar a sua caótica falta de identidade, uma massa pode gerar um "líder" que infalivelmente se torna vítima de sua consciência do eu inflada, e do qual a história nos oferece inúmeros exemplos.

501 Esse tipo de desdobramento se torna possível no momento em que o indivíduo se massifica, tornando-se obsoleto. Além das aglomerações de grandes massas humanas nas quais o indivíduo, mais cedo ou mais tarde, desaparece, um dos principais fatores da massificação é o racionalismo científico. Este deita por terra os fundamentos e a dignidade da vida individual ao retirar do homem a sua individualidade, transformando-o em unidade social e num número abstrato da estatística de uma organização. Nesse contexto, o indivíduo só desempenha o papel de unidade

substituível e infinitesimal.

Do ponto de vista racional e exterior, não se consegue mais imaginar como se poderia atribuir alguma

dignidade à vida humana individual e chega mesmo a se tornar ridículo falar de valor ou sentido do

indivíduo, dada a evidência da verdade que se lhe contrapõe.

502 O indivíduo, portanto, nesse horizonte, possui uma importância mínima. :É uma espécie em

extinção. Quem ousar afirmar o contrário sofrerá imensos embaraços em sua argumentação. O fato de o

indivíduo atribuir importância à sua própria pessoa, aos membros de sua família e aos amigos e

conhecidos que compõem o seu meio somente comprova a estranha subjetividade de seu sentimento. Na

verdade, o que significam esses poucos em comparação com os dez mil, cem mil ou milhões que o

rodeiam? Isso me lembra a opinião de um estimado amigo que encontrei, certa vez, no meio de uma

multidão de mais de dez mil pessoas. Subitamente, ele se virou e disse: "Aí está a prova mais convincente

contra a crença na imortalidade: *toda esta gente quer ser imortal!*"

503 Quanto maior a multidão, mais "indigno" o indivíduo. Quando o indivíduo, esmagado pela

sensação de sua insignificância e impotência, vê que a vida perdeu sentido - que afinal não é a mesma

coisa que bem-estar social e alto padrão de vida - encontra-se a caminho da escravidão do Estado e, sem

saber nem querer, se tornou seu prosélito. Aquele que só admite olhar a partir de uma perspectiva externa

e dos grandes números nada possui que possa defendê-lo do testemunho de seus sentidos e de sua razão.

É precisamente isso que todo mundo faz: deixar-se fascinar e subjugar pelas verdades estatísticas e pelas

grandes cifras e ser, diariamente, doutrinado acerca da unidade e impotência da personalidade singular

devido a sua incapacidade de representar e personificar uma organização de massa.

Por outro lado, o

indivíduo que entre em cena à vista de todos e faz ouvir sua voz às multidões, parece, ao ver do público

sem senso crítico, sustentado por determinado movimento de massa ou pela opinião

pública, que então o

aceita ou combate. Como, em geral, predomina a sugestão de massa, não fica muito evidente se a sua mensagem é dela mesma, pela qual tem responsabilidade pessoal, ou se funciona apenas como porta-voz da opinião coletiva.

504 Nessas circunstâncias, se compreende que o juízo individual seja cada vez mais

inseguro de si mesmo e que a responsabilidade seja coletivizada ao máximo: o indivíduo renuncia a julgar, confiando o julgamento a uma corporação. Com isso, o indivíduo se torna, cada vez mais, uma função da sociedade que, por sua vez, reivindica para si a função de único portador real da vida, mesmo que, no fundo, não passe de uma idéia assim como o Estado. Ambos são hipostasiados, ou seja, tornam-se autônomos. E, desse modo, transformam-se numa personalidade quase viva, da qual tudo se pode esperar. Na verdade, o Estado representa uma camuflagem para todos os indivíduos que sabem manipulá-lo. O Estado de direito resvala para a situação de uma forma primitiva de sociedade, isto é, do comunismo das tribos primitivas sujeitas à autocracia de um chefe ou de uma oligarquia.

2 - A RELIGIÃO COMO CONTRAPE SO À MASSIFICAÇÃO

505 Para libertar a ficção do Estado soberano - isto é, os caprichos dos chefes que o manipulam - de qualquer restrição salutar, todos os movimentos sócio-políticos que tendem nesta direção invariavelmente procuram minar as bases da religião. Para que o indivíduo se transforme em função do Estado é preciso eliminar quaisquer outras dependências e condicionamentos a dados irracionais. A religião significa dependência e submissão aos dados irracionais. Estes não estão diretamente relacionados às condições físicas e sociais mas sobretudo à atitude psíquica do indivíduo.

506 No entanto, uma atitude ante as condições externas da existência só é possível se existir um ponto de vista alheio a elas. As religiões oferecem esta base ou, ao menos, tentam oferecer e, com isso, propiciam ao indivíduo a possibilidade de julgar e tomar suas decisões com liberdade. Elas significam uma reserva diante da pressão inevitável e patente das condições externas, as quais se entrega todo aquele que vive apenas para o mundo exterior e não possui, dentro de si, qualquer ponto de apoio. Para ele, a realidade estatística, quando existe, é a única autoridade. Na existência de apenas *uma* condição, e nenhuma outra, a liberdade de julgamento e decisão revela-se supérflua e mesmo impossível. O indivíduo fatalmente passa a constituir uma função estatística e, em consequência, uma função do Estado, ou qualquer outro nome que se use para exprimir o princípio abstrato de ordenamento.

507 As religiões, porém, ensinam uma outra autoridade oposta à do "mundo". A doutrina que ensina que o indivíduo depende de Deus representa uma exigência tão grande sobre ele quanto a do mundo. Pode até acontecer que o homem acate essa existência de maneira tão absoluta a ponto de se alienar do mundo da mesma forma que o indivíduo se aliena de si mesmo quando sucumbe à mentalidade coletiva. Tanto num caso quanto no outro, o indivíduo pode perder sua capacidade de julgar e decidir-se livremente. A isto tendem, manifestamente, as religiões quando não se comprometem com o Estado. Neste caso, prefiro falar, de acordo com o uso corrente, de "confissão" e não de "religião". A confissão admite uma certa convicção coletiva, ao passo que a religião exprime uma relação subjetiva com fatores metafísicos, ou seja, extramundanos. A confissão compreende, sobretudo, um credo voltado para o mundo em geral, constituindo, assim, uma questão intramundana. Já o sentido e a finalidade da religião consistem na relação do indivíduo com Deus (cristianismo, judaísmo, islamismo) ou no caminho da redenção (budismo). Esta é a base fundamental de suas respectivas éticas que, sem a responsabilidade individual perante Deus, não passariam de moral e convenção.

508 As confissões, enquanto compromissos com a realidade mundana, evoluíram, conseqüentemente, para uma crescente codificação de suas visões, doutrinas e usos. E assim se exteriorizaram de tal maneira que o elemento religioso verdadeiro nelas - a relação viva e o confronto imediato com o ponto de referência extramundano delas - foi posto, na verdade, num plano secundário. O ponto de vista confessional toma a doutrina tradicional como parâmetro para o valor e o significado da referência religiosa subjetiva. E mesmo quando isso não é tão freqüente (como no caso do protestantismo), fala-se de pietismo, sectarismo, fanatismo, etc., quando alguém se diz guiado pela vontade de Deus. A confissão coincide com a Igreja oficial ou, pelo menos, se constitui como uma instituição pública, à qual pertencem não apenas os fiéis mas também um grande número de pessoas indiferentes à religião, que se integram por simples hábito. Aqui torna-se visível a diferença entre confissão e religião.

509 Pertencer a uma confissão, portanto, nem sempre implica uma questão de religiosidade mas, sobretudo, uma questão social que nada pode acrescentar à estruturação do indivíduo. Esta depende da relação do indivíduo com uma instância não mundana. Seu critério não é o credo e sim o fato psicológico segundo o qual a vida do indivíduo não pode ser determinada somente pelo eu e suas opiniões ou por fatores sociais, mas igualmente por uma autoridade transcendente. O que fundamenta a autonomia e a liberdade do indivíduo, antes de qualquer máxima ética ou confissão ortodoxa, é, única e exclusivamente, a consciência empírica, ou seja, a experiência unívoca de uma dinâmica de relacionamento pessoal entre o homem e uma instância extramundana que se apresenta como um contrapeso ao "mundo e sua razão".

510 Essa afirmação não satisfaz, de modo algum, nem aquele que se sente unidade de uma massa, nem ao que professa uma crença coletiva. No primeiro caso, a razão de Estado é o princípio superior de todo pensamento e ação e todo esclarecimento deve servir aos seus propósitos. Em consequência, o indivíduo só recebe direito de existência enquanto uma função do Estado. O segundo, por sua vez, embora conceda ao Estado uma exigência moral e factual, possui a convicção de que não só o homem mas também o

2 - A RELIGIÃO COMO CONTRAPESO À MASSIFICAÇÃO

505 Para libertar a ficção do Estado soberano - isto é, os caprichos dos chefes que o manipulam - de qualquer restrição salutar, todos os movimentos sócio-políticos que tendem nesta direção invariavelmente

procuram minar as bases da religião. Para que o indivíduo se transforme em função do Estado é preciso

eliminar quaisquer outras dependências e condicionamentos a dados irracionais. A religião significa

dependência e submissão aos dados irracionais. Estes não estão diretamente relacionados às condições

físicas e sociais mas sobretudo à atitude psíquica do indivíduo.

506 No entanto, uma atitude ante as condições externas da existência só é possível se existir um ponto

de vista alheio a elas. As religiões oferecem esta base ou, ao menos, tentam oferecer e, com isso,

propiciam ao indivíduo a possibilidade de julgar e tomar suas decisões com liberdade.

Elas significam

uma reserva diante da pressão inevitável e patente das condições externas, as quais se entrega todo aquele

que vive apenas para o mundo exterior e não possui, dentro de si, qualquer ponto de apoio. Para ele, a

realidade estatística, quando existe, é a única autoridade. Na existência de apenas *uma* condição, e

nenhuma outra, a liberdade de julgamento e decisão revela-se supérflua e mesmo impossível. O indivíduo

fatalmente passa a constituir uma função estatística e, em conseqüência, uma função do Estado, ou

qualquer outro nome que se use para exprimir o princípio abstrato de ordenamento.

507 As religiões, porém, ensinam uma outra autoridade oposta à do "mundo". A doutrina que ensina

que o indivíduo depende de Deus representa uma exigência tão grande sobre ele quanto a do mundo. Pode

até acontecer que o homem acate essa existência de maneira tão absoluta a ponto de se alienar do mundo

da mesma forma que o indivíduo se aliena de si mesmo quando sucumbe à mentalidade coletiva. Tanto

num caso quanto no outro, o indivíduo pode perder sua capacidade de julgar e decidir-se livremente. A

isto tendem, manifestamente, as religiões quando não se comprometem com o Estado. Neste caso, prefiro falar, de acordo com o uso corrente, de "confissão" e não de "religião". A confissão admite uma certa convicção coletiva, ao passo que a religião exprime uma relação subjetiva com fatores metafísicos, ou

seja, extramundano. A confissão compreende, sobretudo, um credo voltado para o mundo em geral, constituindo, assim, uma questão intramundana. Já o sentido e a finalidade da religião consistem na relação do indivíduo com Deus (cristianismo, judaísmo, islamismo) ou no caminho da redenção (budismo). Esta é a base fundamental de suas respectivas éticas que, sem a responsabilidade individual perante Deus, não passariam de moral e convenção.

508 As confissões, enquanto compromissos com a realidade mundana, evoluíram, conseqüentemente, para uma crescente codificação de suas visões, doutrinas e usos. E assim se exteriorizaram de tal maneira que o elemento religioso verdadeiro nelas - a relação viva e o confronto imediato com o ponto de referência extramundano delas - foi posto, na verdade, num plano secundário. O ponto de vista confessional toma a doutrina tradicional como parâmetro para o valor e o significado da referência religiosa subjetiva. E mesmo quando isso não é tão freqüente (como no caso do protestantismo), fala-se de pietismo, sectarismo, fanatismo, etc., quando alguém se diz guiado pela vontade de Deus. A confissão

coincide com a Igreja oficial ou, pelo menos, se constitui como uma instituição pública, à qual pertencem não apenas os fiéis mas também um grande número de pessoas indiferentes à religião, que se integram por simples hábito. Aqui torna-se visível a diferença entre confissão e religião.

509 Pertencer a uma confissão, portanto, nem sempre implica uma questão de religiosidade mas, sobretudo, uma questão social que nada pode acrescentar à estruturação do indivíduo. Esta depende da relação do indivíduo com uma instância não mundana. Seu critério não é o credo e sim o fato psicológico

segundo o qual a vida do indivíduo não pode ser determinada somente pelo eu e suas opiniões ou por fatores sociais, mas igualmente por uma autoridade transcendente. O que fundamenta a autonomia e a liberdade do indivíduo, antes de qualquer máxima ética ou confissão ortodoxa, é, única e exclusivamente,

a consciência empírica, ou seja, a experiência unívoca de uma dinâmica de relacionamento pessoal entre o homem e uma instância extramundana que se apresenta como um contrapeso ao "mundo e sua razão".

510 Essa afirmação não satisfaz, de modo algum, nem àquele que se sente unidade de uma massa, nem ao que professa uma crença coletiva. No primeiro caso, a razão de Estado é o princípio superior de todo pensamento e ação e todo esclarecimento deve servir aos seus propósitos. Em consequência, o indivíduo só recebe direito de existência enquanto uma função do Estado. O segundo, por sua vez, embora conceda ao Estado uma exigência moral e factual, possui a convicção de que não só o homem mas também o

Estado estão sujeitos ao domínio de Deus, pertencendo incontestavelmente a Deus e não ao Estado a instância última de decisão. Como prefiro me abster de qualquer tipo de julgamento metafísico, deixo em suspenso se o "mundo", ou seja, o mundo externo ao homem e, assim, a natureza em geral, estabelece ou não uma oposição a Deus. Faço apenas a observação de que a oposição psicológica entre esses dois campos da experiência não é atestada somente no *Novo Testamento*, sendo também visível hoje na atitude negativa dos Estados ditatoriais com relação à religião e, na própria Igreja, com relação ao ateísmo e ao materialismo.

511 Como ser social, o homem não pode permanecer desligado da sociedade por muito tempo. Por isso o indivíduo só pode encontrar o seu direito de existência e sua autonomia, tanto moral como espiritual, num princípio extramundano, capaz de relativizar a influência extremamente dominadora dos fatores externos. O indivíduo que não estiver ancorado em Deus não conseguirá opor nenhuma resistência ao poder físico e moral do mundo, apoiando-se apenas nos seus próprios meios. Para concretizar essa resistência, o homem precisa da evidência transcendente de sua experiência interior, pois esta constitui a única possibilidade de se proteger da massificação. A mera compreensão intelectual ou moral do embrutecimento e irresponsabilidade do homem massificado, enquanto constatação negativa, não passa, infelizmente, de hesitação no caminho da atomização do indivíduo. Falta-lhe a força da convicção religiosa pois esta compreensão é apenas racional. A grande vantagem do Estado ditatorial em relação à razão da cidadã é a sua capacidade de engolir juntamente com o indivíduo as suas forças religiosas. O Estado ocupa o lugar de Deus. Nessa perspectiva, as ditaduras socialistas são religiões, e a escravidão do Estado, uma espécie de culto. Esse tipo de deslocamento e falsificação da função religiosa, na verdade, não acontece sem o surgimento de dúvidas secretas, que são imediatamente reprimidas de modo a evitar o conflito com a tendência dominante de massificação. Como fator de hipercompensação, surge então o *fanatismo* que se transforma, por sua vez, na mais poderosa alavanca da repressão e extermínio de toda oposição. A liberdade de opinião e a decisão moral são violentamente eliminadas. O fim então justifica os meios, mesmo os mais condenáveis. A razão de Estado é exaltada como um credo e o líder ou o chefe de Estado passa a semideus, para além do bem e do mal, da mesma maneira que os sectários se transformam em heróis, mártires, apóstolos ou missionários. Somente existe *uma* verdade e fora dela nenhuma outra. É inviolável e acima da crítica. Quem pensa de maneira diferente é um herege sobre o qual pairam, segundo os moldes bem conhecidos de nossa tradição, as ameaças mais terríveis. E isso porque só aquele que tem nas mãos o poder do Estado pode legitimamente interpretar sua doutrina como o bem lhe aprouver.

512 A partir do momento em que, no processo de massificação, o indivíduo se transforma em unidade social, em um x ou y, e o Estado em princípio superior, a função religiosa do homem, conseqüentemente, é arrastada por esse mesmo turbilhão. A religião, no sentido da observação cuidadosa e consideração de certos fatores invisíveis e incontroláveis, constitui um *comportamento instintivo* característico do homem, cujas manifestações podem ser observadas ao longo de toda a história da cultura. Sua finalidade explícita é preservar o equilíbrio psíquico do homem, pois ele sabe de maneira espontânea que sua função consciente pode ser perturbada, de uma hora para outra, por fatores incontroláveis, tanto de natureza exterior como interior. Dessa maneira, o homem sempre cuidou para que toda decisão grave fosse, de certo modo, sustentada por medidas religiosas. Nasceram, assim, os sacrifícios para honrar as forças invisíveis, as bênçãos e demais gestos rituais. Sempre, e em toda parte, existiram "rites d'entrée et de sortie" (ritos de entrada e de saída) que, para os racionalistas distantes da psicologia, não passam de superstição e magia. No entanto, a magia é, em seu fundamento, um efeito psicológico que não deve ser subestimado. A realização de um ato "mágico" proporciona ao homem uma sensação de segurança, extremamente importante para uma tomada de decisão. Toda decisão e resolução necessitam dessa segurança, pois elas sempre pressupõem uma certa unilateralidade e exposição. O próprio ditador, para executar seus atos, não pode se valer apenas das ameaças, precisando encenar o poder com grande pompa. Nesse sentido, as marchas militares, as bandeiras, faixas, paradas e comícios não diferem muito das procissões, tiros e fogos de artifício usados para expulsar os demônios. A diferença entre essas representações religiosas e os aparatos do Estado reside no fato de que a sugestiva encenação do poder estatal cria uma sensação de segurança coletiva que, no entanto, não oferece ao indivíduo nenhum tipo de proteção contra os demônios internos. Quanto mais o indivíduo se enfraquece, mais se agarra ao poder estatal, isto é, mais se entrega espiritualmente à massa. E do mesmo modo que a Igreja, o Estado ditatorial exige entusiasmo, abnegação e amor, cultivando o necessário terror à semelhança do temor de Deus que as religiões exigem ou pressupõem.

Estado estão sujeitos ao domínio de Deus, pertencendo incontestavelmente a Deus e não ao Estado a

instância última de decisão. Como prefiro me abster de qualquer tipo de julgamento metafísico, deixo em suspenso se o "mundo", ou seja, o mundo externo ao homem e, assim, a natureza em

geral, estabelece ou não uma oposição a Deus. Faço apenas a observação de que a oposição psicológica entre esses dois

campos da experiência não é atestada somente no *Novo Testamento*, sendo também visível hoje na atitude

negativa dos Estados ditatoriais com relação à religião e, na própria Igreja, com relação ao ateísmo e ao materialismo.

511 Como ser social, o homem não pode permanecer desligado da sociedade por muito tempo. Por

isso o indivíduo só pode encontrar o seu direito de existência e sua autonomia, tanto moral como

espiritual, num princípio extramundano, capaz de relativizar a influência extremamente dominadora dos

fatores externos. O indivíduo que não estiver ancorado em Deus não conseguirá opor nenhuma resistência

ao poder físico e moral do mundo, apoiando-se apenas nos seus próprios meios. Para concretizar essa

resistência, o homem precisa da evidência transcendente de sua experiência interior, pois esta constitui a

única possibilidade de se proteger da massificação. A mera compreensão intelectual ou moral do

embrutecimento e irresponsabilidade do homem massificado, enquanto constatação negativa, não passa,

infelizmente, de hesitação no caminho da atomização do indivíduo. Falta-lhe a força da convicção

religiosa} pois esta compreensão é apenas racional. A grande vantagem do Estado ditatorial em relação à

razão do cidadão é a sua capacidade de engolir juntamente com o indivíduo as suas forças religiosas. O

Estado ocupa o lugar de Deus. Nessa perspectiva, as ditaduras socialistas são religiões, e a escravidão do

Estado, uma espécie de culto. Esse tipo de deslocamento e falsificação da função religiosa, na verdade,

não acontece sem o surgimento de dúvidas secretas, que são imediatamente reprimidas de modo a evitar o conflito com a tendência dominante de massificação. Como fator de hipercompensação, surge então o *fanatismo* que se transforma, por sua vez, na mais poderosa alavanca da repressão e extermínio de toda

oposição. A liberdade de opinião e a decisão moral são violentamente eliminadas. O fim então justifica os meios, mesmo os mais condenáveis. A razão de Estado é exaltada como um credo e o líder ou o chefe de Estado passa a semideus, para além do bem e do mal, da mesma maneira que os sectários se transformam em heróis, mártires, apóstolos ou missionários. Somente existe *uma* verdade e fora dela nenhuma outra. É inviolável e acima da crítica. Quem pensa de maneira diferente é um herege sobre o qual pairam, segundo os moldes bem conhecidos de nossa tradição, as ameaças mais terríveis. E isso porque só aquele que tem nas mãos o poder do Estado pode legitimamente interpretar sua doutrina como bem lhe aprouver.

512 A partir do momento em que, no processo de massificação, o indivíduo se transforma em unidade social, em um x ou y, e o Estado em princípio superior, a função religiosa do homem, conseqüentemente, é arrastada por esse mesmo turbilhão. A religião, no sentido da observação cuidadosa e consideração de certos fatores invisíveis e incontroláveis, constitui um *comportamento instintivo* característico do homem, cujas manifestações podem ser observadas ao longo de toda a história da cultura. Sua finalidade explícita é preservar o equilíbrio psíquico do homem, pois ele sabe de maneira espontânea que sua função consciente pode ser perturbada, de uma hora para outra, por fatores incontroláveis, tanto de natureza exterior como interior. Dessa maneira, o homem sempre cuidou para que toda decisão grave fosse, de certo modo, sustentada por medidas religiosas. Nascem, assim, os sacrifícios para honrar as forças invisíveis, as bênçãos e demais gestos rituais. Sempre, e em toda parte, existiram "rites d'entrée et de

sortie" (ritos de entrada e de saída) que, para os racionalistas distantes da psicologia, não passam de superstição e magia. No entanto, a magia é, em seu fundamento, um efeito psicológico que não deve ser subestimado. A realização de um ato "mágico" proporciona ao homem uma sensação de segurança,

extremamente importante para uma tomada de decisão. Toda decisão e resolução necessitam dessa segurança, pois elas sempre pressupõem uma certa unilateralidade e exposição. O próprio ditador, para executar seus atos, não pode se valer apenas das ameaças, precisando encenar o poder com grande pompa. Nesse sentido, as marchas militares, as bandeiras, faixas, paradas e comícios não diferem muito das procissões, tiros e fogos de artifício usados para expulsar os demônios. A diferença entre essas representações religiosas e os aparatos do Estado reside no fato de que a sugestiva encenação do poder estatal cria uma sensação de segurança coletiva que, no entanto, não oferece ao indivíduo nenhum tipo de proteção contra os demônios internos. Quanto mais o indivíduo se enfraquece, mais se agarra ao poder estatal, isto é, mais se entrega espiritualmente à massa. E do mesmo modo que a Igreja, o Estado ditatorial exige entusiasmo, abnegação e amor, cultivando o necessário terror à semelhança do temor de Deus que as religiões exigem ou pressupõem.

513 Quando o racionalista investe contra o fundamento miraculoso do rito, tal como afirmado na tradição, ele, na verdade, erra completamente o alvo. Apesar de desconsiderarem o aspecto mais importante, ou seja, o efeito psicológico, tanto um quanto o outro se servem desse efeito para fins opostos. Uma situação análoga também se oferece com respeito aos seus objetivos: o objetivo religioso que, inicialmente, se configura como a redenção do mal, a conciliação com Deus e a recompensa de um mundo transcendente, se transforma na promessa terrestre da libertação da pobreza, da distribuição igualitária dos bens materiais, da prosperidade no futuro e da diminuição do tempo de trabalho. Uma outra analogia se apresenta no fato de essas promessas serem tão inalcançáveis quanto o paraíso. Isto reforça o fato de que as massas deixaram um objetivo extramundano para abraçarem uma crença exclusivamente terrena, exaltada exatamente com o mesmo ardor e exclusividade das confissões religiosas, embora numa outra direção.

514 Para não me repetir desnecessariamente, não pretendo descrever, ainda mais, todos os paralelos existentes entre a crença neste mundo e a crença no outro. Contento-me apenas em salientar que uma função natural e sempre presente como a função religiosa não desaparece com a crítica racionalista e iluminista. Sem dúvida, pode-se considerar impossíveis os conteúdos das doutrinas confessionais e até ridicularizá-los, mas com isso não se consegue absolutamente nada contra a função religiosa que constitui a base das confissões. A religião, no sentido de consideração consciente dos fatores irracionais da alma e do destino individual, ressurgue sempre de novo e, dessa vez, na pior das distorções - o endeuamento do Estado e do ditador: "Naturam expellas furca tamen usque recurret" (Por mais que jogues fora a natureza por meio da força, ela sempre retorna). Os líderes e ditadores tentam escamotear o paralelismo evidente com o endeuamento dos césares, escondendo, sob o manto do Estado, sua onipotência real, o que não altera, de modo algum, a essência de seu gesto.¹

515 Como já mencionei anteriormente, o Estado ditatorial mina de tal forma as bases do indivíduo que, não reconhecendo seus direitos e sua força espiritual, rouba o próprio fundamento metafísico de sua existência. Não há mais lugar para a decisão ética do homem singular, apenas para a comoção cega de uma massa obnubilada, onde a mentira passa a constituir o princípio próprio das ações políticas. A existência de milhões de escravos do Estado, destituídos de qualquer direito, demonstra como o Estado leva esta situação às últimas consequências.

516 Tanto o Estado ditatorial quanto a religião confessional reforçam, de maneira especial, a idéia de comunidade. Este é o ideal básico do *comunismo* que, no entanto, devido à forma como é imposto ao povo, gera justamente o contrário do efeito desejado, ou seja, um Estado de desconfiança e separação. A Igreja, não menos que o Estado, também faz apelo ao ideal comunitário e quando sua fraqueza é visível como no caso do protestantismo, a penosa falta de coesão é compensada pela esperança e fé numa "vivência comunitária". Como se pode perceber, a "comunidade" é um instrumento indispensável para a organização das massas, constituindo, no entanto, uma faca de dois gumes. Assim como a soma de dois zeros jamais resulta em um, o valor de uma comunidade corresponde à média espiritual e moral dos indivíduos nela compreendidos. Por isto, não se pode esperar da comunidade qualquer efeito que ultrapasse a sugestão do meio, ou seja, uma modificação real e fundamental dos indivíduos, quer numa boa ou numa má direção. Esses efeitos só podem ser esperados do intercâmbio pessoal entre os homens e não dos batismos em massa comunistas ou cristãos que não conseguem atingir o homem em sua interioridade. Os acontecimentos contemporâneos nos mostraram como a propaganda comunitária é superficial. O ideal comunitário desconsidera o homem singular que, em última instância, é quem responde às suas exigências.

3. O POSICIONAMENTO DO OCIDENTE DIANTE DA QUESTÃO DA RELIGIÃO

517 No século XX da era cristã, o mundo ocidental enfrenta esse desenvolvimento, trazendo consigo a herança do direito romano, o legado da ética metafísica de bases judeu-cristãs e o eterno ideal dos direitos humanos. Em meio a todos esses elementos, surge, de maneira hesitante mas premente, a questão: Com o seria possível parar esse desenvolvimento ou mesmo fazê-lo regredir? Embora se possa denunciar a ditadura social como uma utopia ou julgar seus princípios econômicos irracionais, um tal julgamento, no entanto, é insignificante e até incorreto se considerarmos que, em primeiro lugar, o Ocidente só é capaz de

¹ Desde a redação deste texto na primavera de 1956, tomou-se notória na Rússia uma sensibilidade ante tal escândalo.

513 Quando o racionalista investe contra o fundamento miraculoso do rito, tal como afirmado na tradição, ele, na verdade, erra completamente o alvo. Apesar de desconsiderarem o aspecto mais importante, ou seja, o efeito psicológico, tanto um quanto o outro se servem desse efeito

para fins opostos. Uma situação análoga também se oferece com respeito aos seus objetivos: o objetivo religioso que, inicialmente, se configura como a redenção do mal, a conciliação com Deus e a recompensa de um mundo transcendente, se transforma na promessa terrestre da libertação da pobreza, da distribuição igualitária dos bens materiais, da prosperidade no futuro e da diminuição do tempo de trabalho. Uma outra analogia se apresenta no fato de essas promessas serem tão inalcançáveis quanto o paraíso. Isto reforça o fato de que as massas deixaram um objetivo extramundano para abraçarem uma crença exclusivamente terrena, exaltada exatamente com o mesmo ardor e exclusividade das confissões religiosas, embora numa outra direção.

514 Para não me repetir desnecessariamente, não pretendo descrever, ainda mais, todos os paralelos existentes entre a crença neste mundo e a crença no outro. Contento-me apenas em salientar que uma função natural e sempre presente como a função religiosa não desaparece com a crítica racionalista e iluminista. Sem dúvida, pode-se considerar impossíveis os conteúdos das doutrinas confessionais e até ridicularizá-los, mas com isso não se consegue absolutamente nada contra a função religiosa que constitui a base das confissões. A religião, no sentido de consideração consciente dos fatores irracionais da alma e do destino individual, ressurgue sempre de novo e, dessa vez, na pior das distorções - o endeusamento do Estado e do ditador: "Naturam expellas furca tamen usque recurret" (Por mais que jogues fora a natureza por meio da força, ela sempre retorna). Os líderes e ditadores tentam escamotear o paralelismo evidente

com o endeusamento dos cézares, escondendo, sob o manto do Estado, sua onipotência real, o que não altera, de modo algum, a essência de seu gesto.¹

515 Como já mencionei anteriormente, o Estado ditatorial mina de tal forma as bases do indivíduo

que, não reconhecendo seus direitos e sua força espiritual, rouba o próprio fundamento

metafísico de sua existência. Não há mais lugar para a decisão ética do homem singular, apenas para a comoção cega de

uma massa obnubilada, onde a mentira passa a constituir o princípio próprio das ações políticas. A

existência de milhões de escravos do Estado, destituídos de qualquer direito, demonstra como o Estado

leva esta situação às últimas conseqüências.

516 Tanto o Estado ditatorial quanto a religião confessional reforçam, de maneira especial, a idéia de

comunidade. Este é o ideal básico do *comunismo* que, no entanto, devido à forma como é imposto ao

povo, gera justamente o contrário do efeito desejado, ou seja, um Estado de desconfiança e separação. A

Igreja, não menos que o Estado, também faz apelo ao ideal comunitário e quando sua fraqueza é visível

como no caso do protestantismo, a penosa falta de coesão é compensada pela esperança e fé numa

"vivência comunitária". Como se pode perceber, a "comunidade" é um instrumento indispensável para a

organização das massas, constituindo, no entanto, uma faca de dois gumes. Assim como a soma de dois

zeros jamais resulta em um, o valor de uma comunidade corresponde à média espiritual

e moral dos indivíduos nela compreendidos. Por isto, não se pode esperar da comunidade qualquer efeito que

ultrapasse a sugestão do meio, ou seja, uma modificação real e fundamental dos indivíduos, quer numa

boa ou numa má direção. Esses efeitos só podem ser esperados do intercâmbio pessoal entre os homens e

não dos batismos em massa comunistas ou cristãos que não conseguem atingir o homem em sua

interioridade. Os acontecimentos contemporâneos nos mostraram como a propaganda comunitária é

superficial. O ideal comunitário desconsidera o homem singular que, em última instância, é quem responde às suas exigências.

3. O POSICIONAMENTO DO OCIDENTE DIANTE DA QUESTÃO DA RELIGIÃO

517 No século XX da era cristã, o mundo ocidental enfrenta esse desenvolvimento, trazendo consigo a

herança do direito romano, o legado da ética metafísica de bases judeu-cristãs e o eterno ideal dos direitos humanos. Em meio a todos esses elementos, surge, de maneira hesitante mas premente, a questão: Como seria possível parar esse desenvolvimento ou mesmo fazê-lo regredir? Embora se possa denunciar a ditadura social como uma utopia ou julgar seus princípios econômicos irracionais, um tal julgamento, no entanto, é insignificante e até incorreto se considerarmos que, em primeiro lugar, o Ocidente só é capaz de

1 Desde a redação deste texto na primavera de 1956, tornou-se notória na Rússia uma sensibilidade ante tal escândalo.

julgar tendo por opositor a ele mesmo, o que significa que seus argumentos são ouvidos apenas do lado de cá da cortina de ferro; em segundo lugar, qualquer princípio econômico pode sempre ser utilizado, desde que se admitam os sacrifícios necessários. Todo tipo de reforma social ou econômica pode ser empreendido quando se tem três milhões de camponeses famintos ou alguns milhões que compõem uma força de trabalho grátis à disposição. Na verdade, um Estado nessas condições não precisa temer uma crise social ou econômica. Enquanto o seu poder estatal permanecer inquestionável, ou seja, for sustentado por uma polícia e exército bem disciplinados e nutridos, esse tipo de forma de governo assegurará sua existência por muito tempo, podendo inclusive se fortalecer num grau indeterminado. Ele pode, sem muita dificuldade, aumentar a quantidade da força de trabalho não remunerado em função do crescimento desenfreado de sua população e desconsiderar o mercado mundial que depende, em larga escala, do salário, mantendo-se, não obstante, na concorrência. O único perigo real que pode sofrer é uma ameaça externa, uma invasão. Todavia, esse risco vem diminuindo paulatinamente porque o potencial de guerra dos Estados ditatoriais cresce desmesuradamente e o Ocidente não poderia permitir que, através de um ataque, fossem despertados o nacionalismo e o chauvinismo latentes na Rússia e na China, o que desviaria, de maneira irremediável, para falsos caminhos sua iniciativa bem intencionada.

518 Pelo que podemos observar, resta apenas uma possibilidade: uma dissolução interna do poder estatal, que deve, no entanto, ficar entregue a sua própria evolução. Uma ajuda externa parece, ao menos por enquanto, ilusória, considerando-se as medidas de segurança existentes e o perigo de reações nacionalistas. Do ponto de vista da política externa, o Estado absoluto dispõe de um exército de missionários fanáticos. E, além disso, pode contar com uma quinta-coluna que a ordem de direito dos Estados ocidentais não é capaz de reprimir. O grande número de comunidades de seus fiéis, crescente em muitos lugares no Ocidente, significa, nesse sentido, um enfraquecimento considerável da decisão dos Estados ocidentais. Por outro lado, uma influência equivalente do Ocidente permanece invisível e inconstatável, embora se possa admitir uma certa oposição nas massas populares do Leste. Sempre existem pessoas íntegras e verdadeiras que odeiam a mentira e a tirania. Contudo, foge inteiramente a nossa capacidade de avaliação decidir se, sob um regime policial, elas poderiam exercer uma influência decisiva sobre as massas.²

519 Em razão desses fatos, sempre de novo surge no Ocidente a pergunta: O que podemos fazer contra essa ameaça? Apesar do considerável poder econômico e do significativo potencial de defesa, o Ocidente não pode absolutamente contentar-se com a simples consciência desse estado de coisas, pois, como sabemos, os melhores armamentos, as indústrias mais potentes e o elevado padrão de vida não são suficientes para conter a infecção psíquica provocada por um fanatismo religioso. Os homens sempre estão insatisfeitos. Mesmo que todo trabalhador possua seu próprio carro ele ainda será um proletário inferiorizado, pois outros possuirão dois carros ou um banheiro a mais na casa.

520 No Ocidente, infelizmente, não se costuma atentar para o fato de que nosso apelo ao idealismo e à razão, ou a quaisquer outras virtudes desejáveis, desaparece no vazio, mesmo quando defendido com entusiasmo. É como um sopro muito leve contra a torrente da fé religiosa, apesar desta nos parecer distorcida. Não nos encontramos aqui diante de fatos que poderiam ser dominados com argumentos racionais ou morais. Trata-se, bem mais, do espírito de uma época que se caracteriza pelo desencadeamento de idéias e forças emocionais que, como nos mostra a experiência, não se deixam influenciar por reflexões racionais nem por exortações morais. Muitos lugares já adquiriram a justa compreensão de que o antídoto estaria, nesse caso, numa outra fé, igualmente poderosa e não numa atitude materialista, e que uma atitude religiosa, nela fundada, constituiria a única proteção efetiva contra o perigo de uma contaminação psíquica. Entretanto, o condicional ("deveria", "poderia") que jamais deixa de estar presente nesse contexto indica uma certa fraqueza ou mesmo a ausência de uma convicção necessária. O Ocidente não apenas se ressentia de uma fé uniforme, capaz de obstruir o caminho para uma ideologia fanática, como chega a se servir, enquanto pai da filosofia marxista, dos mesmos pressupostos espirituais e dos mesmos argumentos e objetivos. Embora as Igrejas no Ocidente gozem, em geral, de inteira liberdade, elas não estão menos cheias ou vazias do que no Leste. Contudo, elas não exercem nenhuma influência significativa sobre o universo da política. A grande desvantagem da confissão, no sentido de uma instituição pública, é justamente o fato de servir ao mesmo tempo a dois senhores. De um lado, ela nasce da relação do homem com Deus e, de outro, tem obrigações para com o Estado, isto é, o

² Como se poderia prever essa oposição pode ser observada nos acontecimentos recentes ocorridos na Polônia e na Hungria.

julgar tendo por opositor a ele mesmo, o que significa que seus argumentos são ouvidos apenas do lado de cá da cortina de ferro; em segundo lugar, qualquer princípio econômico pode sempre ser utilizado, desde que se admitam os sacrifícios necessários. Todo tipo de reforma social ou econômica

pode ser compreendido quando se tem três milhões de camponeses famintos ou alguns milhões que compõem uma força de trabalho grátis à disposição. Na verdade, um Estado nessas condições não precisa temer uma crise social ou econômica. Enquanto o seu poder estatal permanecer inquestionável, ou seja, for sustentado por uma polícia e exército bem disciplinados e nutridos, esse tipo de forma de governo assegurará sua existência por muito tempo, podendo inclusive se fortalecer num grau indeterminado. Ele pode, sem muita dificuldade, aumentar a quantidade da força de trabalho não remunerado em função do crescimento desenfreado de sua população e desconsiderar o mercado mundial que depende, em larga escala, do salário, mantendo-se, não obstante, na concorrência. O único perigo real que pode sofrer é uma ameaça externa, uma invasão. Todavia, esse risco vem diminuindo paulatinamente porque o potencial de guerra dos Estados ditatoriais cresce desmesuradamente e o Ocidente não poderia permitir que, através de um ataque, fossem despertados o nacionalismo e o chauvinismo latentes na Rússia e na China, o que desviaria, de maneira irremediável, para falsos caminhos sua iniciativa bem intencionada.

518 Pelo que podemos observar, resta apenas uma possibilidade: uma dissolução interna do poder estatal, que deve, no entanto, ficar entregue a sua própria evolução. Uma ajuda externa parece, ao menos por enquanto, ilusória, considerando-se as medidas de segurança existentes e o perigo de reações nacionalistas. Do ponto de vista da política externa, o Estado absoluto dispõe de um exército de missionários fanáticos. E, além disso, pode contar com uma quinta-coluna que a ordem

de direito dos Estados ocidentais não é capaz de reprimir. O grande número de comunidades de seus fiéis, crescente em muitos lugares no Ocidente, significa, nesse sentido, um enfraquecimento considerável da decisão dos Estados ocidentais. Por outro lado, uma influência equivalente do Ocidente permanece invisível e inconstatável, embora se possa admitir uma certa oposição nas massas populares do Leste. Sempre existem pessoas íntegras e verdadeiras que odeiam a mentira e a tirania. Contudo, foge inteiramente a nossa capacidade de avaliação decidir se, sob um regime policial, elas poderiam exercer uma influência decisiva sobre as massas.²

519 Em razão desses fatos, sempre de novo surge no Ocidente a pergunta: O que podemos fazer contra essa ameaça? Apesar do considerável poder econômico e do significativo potencial de defesa, o Ocidente não pode absolutamente contentar-se com a simples consciência desse estado de coisas, pois, como sabemos, os melhores armamentos, as indústrias mais potentes e o elevado padrão de vida não são suficientes para conter a infecção psíquica provocada por um fanatismo religioso. Os homens sempre estão insatisfeitos.. Mesmo que todo trabalhador possua seu próprio carro ele ainda será um proletário inferiorizado, pois outros possuirão dois carros ou um banheiro a mais na casa.

520 No Ocidente, infelizmente, não se costuma atentar para o fato de que nosso apelo ao idealismo e à

razão, ou a quaisquer outras virtudes desejáveis, desaparece no vazio, mesmo quando defendido com entusiasmo. É como um sopro muito leve contra a torrente da fé religiosa, apesar desta nos parecer destorcida. Não nos encontramos aqui diante de fatos que poderiam ser dominados com argumentos racionais ou morais. Trata-se, bem mais, do espírito de uma época que se caracteriza pelo desencadeamento de idéias e forças emocionais que, como nos mostra a experiência, não se deixam influenciar por reflexões racionais nem por exortações morais. Muitos lugares já adquiriram a justa

compreensão de que o antídoto estaria, nesse caso, numa outra fé, igualmente poderosa e não numa atitude materialista, e que uma atitude religiosa, nela fundada, constituiria a única proteção efetiva contra o perigo de uma contaminação psíquica. Entretanto, o condicional ("deveria", "poderia") que jamais deixa

de estar presente nesse contexto indica uma certa fraqueza ou mesmo a ausência de uma convicção necessária. O Ocidente não apenas se ressentido de uma fé uniforme, capaz de obstruir o caminho para uma ideologia fanática, como chega a se servir, enquanto pai da filosofia marxista, dos mesmos pressupostos espirituais e dos mesmos argumentos e objetivos. Embora as Igrejas no Ocidente gozem, em geral, de inteira liberdade, elas não estão menos cheias ou vazias do que no Leste. Contudo, elas não exercem nenhuma influência significativa sobre o universo da política. A grande desvantagem da confissão, no sentido de uma instituição pública, é justamente o fato de servir ao mesmo tempo a dois senhores. De um lado, ela nasce da relação do homem com Deus e, de outro, tem obrigações para com o Estado, isto é, o

2 Como se poderia prever essa oposição pode ser observada nos acontecimentos recentes ocorridos na Polônia e na Hungria.

mundo, o que nos faz pensar na palavra - "Dai a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus" - e nas demais exortações do Novo Testamento.

521 Nos tempos antigos, e relativamente até bem pouco tempo, falava-se de uma "autoridade constituída por Deus". Hoje, isso nos parece bastante antiquado. As Igrejas representam convicções tradicionais e coletivas que, para a grande maioria de seus adeptos, não mais se baseiam na própria experiência interior, e sim na fé irrefletida que rapidamente desaparece, tão logo se pense com mais profundidade sobre o seu sentido. O conteúdo da fé entra em conflito com o saber, evidenciando-se, desse modo, que a irracionalidade de uma nem sempre supera a razão da outra. Na realidade, a fé não é uma substituição suficiente da experiência interior e, quando esta inexistente, até mesmo uma fé forte pode, enquanto um *donum gratiae* [dom da graça], aparecer e desaparecer como por encanto. Designa-se a fé como a autêntica experiência religiosa mas não se leva em conta que ela é, mais propriamente, um fenômeno secundário que depende de um acontecimento primeiro, em que algo nos atinge e inspira a "pistis", isto é, lealdade e confiança. Essa vivência tem um conteúdo específico que se interpreta no sentido da doutrina confessional. Quanto mais é interpretado nesse sentido, maior as possibilidades de conflito com o saber. A concepção confessional é, na verdade, muito antiga e dotada de um simbolismo impressionante e mitológico que, literalmente, leva a uma oposição radical com o saber. Contudo, se compreendermos, por exemplo, a ressurreição de Cristo de maneira simbólica e não literal, obteremos interpretações diversas que não entram em choque com o saber nem prejudicam o sentido da afirmação. A objeção de que uma compreensão simbólica poderia destruir a esperança dos cristãos na imortalidade, representada pela vinda de Cristo, é infundada, uma vez que a humanidade, bem antes do cristianismo, já acreditava numa vida depois da morte e, assim, não precisava do acontecimento pascal para garantir essa esperança. O perigo do exagero de literalidade na compreensão da mitologia, que pervade toda a doutrina da Igreja, pode culminar na sua recusa absoluta. E hoje ele é maior do que nunca. Já não seria hora de se entender de modo simbólico, definitivamente, os mitologemas cristãos, ao invés de negá-los?

522 Ainda não se pode ver de modo preciso as conseqüências que poderiam advir de um conhecimento mais geral a respeito do paralelismo fatal entre a religião eclesiástica e a religião de Estado marxista. A exigência de caráter absoluto, representada pelo homem, da *civitas Dei* é, infelizmente, muito semelhante à "divindade" do Estado. A conseqüência moral que um INÁCIO DE LOIOLA deduz da autoridade da Igreja ("o fim santifica os meios") antecipa a mentira como instrumento político do Estado, de maneira muito perigosa. Tanto um como outro propiciam, por fim, a submissão incondicional à fé, restringindo, portanto, a liberdade do homem perante Deus e diante do Estado, cavando a sepultura do indivíduo. A existência esmagada desse único portador de vida que conhecemos se vê ameaçada por todos os lados, apesar da promessa de uma existência ideal. Quantos, na verdade, poderiam opor uma resistência ativa e duradoura à sabedoria popular que afirma: "Mais vale um pássaro na mão do que dois voando"? Ademais, o Ocidente cultiva a mesma *Weltanschauung* "científica" e racionalista da religião de Estado do Leste, caracterizada pela tendência ao nivelamento estatístico e aos fins materialistas.

523 O que o Ocidente, com suas cisões políticas e confessionais, pode oferecer ao indivíduo moderno a fim de aliviar suas aflições? Infelizmente nada, a não ser alguns caminhos cuja finalidade única é muito semelhante ao ideal marxista. O entendimento não necessita de um esforço especial para reconhecer onde a ideologia comunista assenta a certeza e a convicção de que o tempo trabalha a seu favor e que o mundo se encontra maduro para uma conversão. Os fatos falam, nesse sentido, uma linguagem bem precisa. De nada ajudaria ao Ocidente fechar os olhos para essa realidade e se recusar a perceber sua vulnerabilidade fatal. Quem foi sempre ensinado a se submeter incondicionalmente a uma fé coletiva e a abdicar do eterno direito de sua liberdade e do respectivo dever de sua responsabilidade individual, permanecerá na mesma atitude, com a mesma fé e falta de crítica, se enveredar para uma direção oposta ou substituir o idealismo confessado por outra convicção, mesmo considerada "melhor". O que aconteceu, há não muito tempo, com um dos povos da cultura européia? Costuma-se acusar o povo alemão de ter esquecido tudo o que houve. Mas nada garante que algo semelhante também não pudesse ter ocorrido em outros lugares. Não seria de admirar se uma outra nação fosse contaminada por uma convicção igualmente uniforme e unilateral. Façamos então a seguinte pergunta: Que países têm os maiores partidos comunistas? Os Estados Unidos - o *quae mutatio rerum* [quem te viu e quem te vê!] - que são, propriamente, a espinha dorsal da política européia, parecem imunes a esse perigo devido à posição tão expressamente contrária que representam. Mas talvez eles estejam ainda mais expostos a essa ameaça do que a Europa, porque a formação e educação encontram-se sob a forte influência da *Weltanschauung* científica e das verdades

mundo, o que nos faz pensar na palavra - "Dai a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus" - e

nas demais exortações do Novo Testamento.

521 Nos tempos antigos, e relativamente até bem pouco tempo, falava-se de uma "autoridade

constituída por Deus". Hoje, isso nos parece bastante antiquado. As Igrejas representam convicções tradicionais e coletivas que, para a grande maioria de seus adeptos, não mais se baseiam na própria experiência interior, e sim na fé irrefletida que rapidamente desaparece, tão logo se pense com mais profundidade sobre o seu sentido. O conteúdo da fé entra em conflito com o saber, evidenciando-se, desse modo, que a irracionalidade de uma nem sempre supera a razão da outra. Na realidade, a fé não é uma substituição suficiente da experiência interior e, quando esta inexistente, até mesmo uma fé forte pode, enquanto um *donum gratiae* [dom da graça], aparecer e desaparecer como por encanto. Designa-se a fé como a autêntica experiência religiosa mas não se leva em conta que ela é, mais propriamente, um fenômeno secundário que depende de um acontecimento primeiro, em que algo nos atinge e inspira a "pístis", isto é, lealdade e confiança. Essa vivência tem um conteúdo específico que se interpreta no sentido da doutrina confessional. Quanto mais é interpretado nesse sentido, maior as possibilidades de conflito com o saber. A concepção confessional é, na verdade, muito antiga e dotada de um simbolismo impressionante e mitológico que, literalmente, leva a uma oposição radical com o saber. Contudo, se compreendermos, por exemplo, a ressurreição de Cristo de maneira simbólica e não literal, obteremos interpretações diversas que não entram em choque com o saber nem prejudicam o sentido da afirmação. A objeção de que uma compreensão simbólica poderia destruir a esperança dos cristãos na imortalidade, representada pela vinda de Cristo, é infundada, uma vez que a humanidade, bem antes do cristianismo, já

acreditava numa vida depois da morte e, assim, não precisava do acontecimento pascal para garantir essa esperança. O perigo do exagero de literalidade na compreensão da mitologia, que pervade toda a doutrina da Igreja, pode culminar na sua recusa absoluta. E hoje ele é maior do que nunca. Já não seria hora de se

entender de modo simbólico, definitivamente, os mitologemas cristãos, ao invés de negá-los?
522 Ainda não se pode ver de modo preciso as conseqüências que poderiam advir de um conhecimento mais geral a respeito do paralelismo fatal entre a religião eclesiástica e a religião de Estado marxista. A exigência de caráter absoluto, representada pelo homem, da *civitas Dei* é, infelizmente, muito semelhante à "divindade" do Estado. A conseqüência moral que um INÁCIO DE LOIOLA deduz da autoridade da Igreja ("o fim santifica os meios") antecipa a mentira como instrumento político do Estado, de maneira muito perigosa. Tanto um como outro propiciam, por fim, a submissão incondicional à fé, restringindo, portanto, a liberdade do homem perante Deus e diante do Estado, cavando a sepultura do indivíduo. A existência esmagada desse único portador de vida que conhecemos se vê ameaçada por todos os lados, apesar da promessa de uma existência ideal. Quantos, na verdade, poderiam opor uma resistência ativa e duradoura à sabedoria popular que afirma: "Mais vale um pássaro na mão do que dois voando"? Ademais, o Ocidente cultiva a mesma *Weltanschauung* "científica" e racionalista da religião de Estado do Leste, caracterizada pela tendência ao nivelamento estatístico e aos fins materialistas.
523 O que o Ocidente, com suas cisões políticas e confessionais, pode oferecer ao indivíduo moderno a fim de aliviar suas aflições? Infelizmente nada, a não ser alguns caminhos cuja finalidade única é muito semelhante ao ideal marxista. O entendimento não necessita de um esforço especial para reconhecer onde a ideologia comunista assenta a certeza e a convicção de que o tempo trabalha a seu favor e que o mundo se encontra maduro para uma conversão. Os fatos falam, nesse sentido, uma

linguagem bem precisa. De nada ajudaria ao Ocidente fechar os olhos para essa realidade e se recusar a perceber sua vulnerabilidade fatal. Quem foi sempre ensinado a se submeter incondicionalmente a uma fé coletiva e a abdicar do eterno direito de sua liberdade e do respectivo dever de sua responsabilidade individual, permanecerá na mesma atitude, com a mesma fé e falta de crítica, se enveredar para uma direção oposta ou substituir o idealismo confessado por outra convicção, mesmo considerada "melhor". O que aconteceu, há não muito tempo, com um dos povos da cultura européia? Costuma-se acusar o povo alemão de ter esquecido tudo o que houve. Mas nada garante que algo semelhante também não pudesse ter ocorrido em outros lugares. Não seria de admirar se uma outra nação fosse contaminada por uma convicção igualmente uniforme e unilateral. Façamos então a seguinte pergunta: Que países têm os maiores partidos comunistas? Os Estados Unidos - o *quae mutatio rerum* [quem te viu e quem te vê!] - que são, propriamente, a espinha dorsal da política européia, parecem imunes a esse perigo devido à posição tão expressamente contrária que representam. Mas talvez eles estejam ainda mais expostos a essa ameaça do que a Europa, porque a formação e educação encontram-se sob a forte influência da *Weltanschauung* científica e das verdades

estatísticas e a miscigenação de raças heterogêneas encontra dificuldades na criação de raízes num solo sem história. A formação histórica e humanística, tão imprescindível nessas circunstâncias, acaba radicalizando, na América do Norte, uma existência feita de cinzas. A Europa possui os requisitos dessa formação, embora os utilize para o seu próprio prejuízo, na forma de egoísmos nacionalistas e de um ceticismo paralisador. Ambos se orientam por objetivos materialistas e coletivistas, faltando-lhes justamente aquilo que exprime e dimensiona o homem em sua totalidade, aquilo que coloca o homem individual como medida de todas as coisas.

524 Estas idéias suscitam, em toda parte, fortes dúvidas e resistências e pode-se mesmo dizer que a única convicção realmente aceita de maneira ampla e irrestrita é a desvalorização do indivíduo em comparação com os grandes números. Costuma-se afirmar que, a partir de agora, o mundo moderno é o mundo do homem, ele é quem domina o ar, a água e a terra e que o destino histórico dos povos depende da sua decisão e vontade. Esse retrato tão orgulhoso da grandeza humana infelizmente não passa de uma grande ilusão que rapidamente se desfaz diante de uma realidade tão diversa. Na realidade, o homem é escravo e vítima das máquinas que lhe arrancam seu tempo e espaço; a técnica de guerra, que deveria proteger e defender sua existência física, o reprime e ameaça; a liberdade espiritual e moral, embora ameaçada pela desorientação e pelo caos, está garantida dentro do possível apenas numa parte do seu mundo, enquanto que na outra já foi totalmente aniquilada. Por fim - onde a comédia termina em tragédia - o senhor dos elementos, essa instância de todas as decisões, cultiva uma série de idéias e concepções que selam de modo indigno sua dignidade e transformam sua autonomia em simples quimera. Todos os progressos, realizações e propriedades não o fazem grande, ao contrário, o diminuem. Isso é comprovado pelo destino do trabalhador no regime de distribuição "justa" dos bens: ele paga com o prejuízo de sua própria pessoa a sua participação na fábrica; troca sua liberdade de movimento pelo aprisionamento no local de trabalho; emprega todos os meios de que dispõe para melhorar seu posto, se não quiser se deixar explorar por um trabalho de empreitada esgotante; e quando sente o apelo de qualquer exigência espiritual, recebe prontas as sentenças de fé políticas e o suplemento de algum saber especializado. Ademais, um teto sobre a cabeça e a forragem diária do gado não são coisas desprezíveis quando as necessidades vitais podem ser reduzidas de um momento para outro.

4. A AUTOCOMPREENSAO DO INDIVÍDUO

525 É espantoso que o homem, causador, descobridor e veículo de tantos desenvolvimentos, autor de todos os julgamentos e decisões e planejador do futuro, tenha feito de si mesmo uma *quantité négligeable*. A contradição e o paradoxo sempre inerentes à avaliação que o homem faz de sua própria essência constituem uma questão surpreendente, que desfaz as bases do julgamento comum, na medida em que faz a constatação de que o próprio homem é um enigma. Isso fica ainda mais explícito na falta de parâmetros necessários para o autoconhecimento. Ele é capaz de estabelecer com clareza as distinções entre si e os outros animais, no que diz respeito a sua anatomia e fisiologia, mas faltam-lhe critérios para a avaliação de si mesmo enquanto essência consciente, auto-reflexiva e dotada de linguagem. Pois nesse aspecto ele é um fenômeno único no planeta, não podendo se comparar a nada semelhante. A única possibilidade de comparação e de autoconhecimento seria a relação com outros seres humanos semelhantes, de carne e osso, que habitassem outros planetas.

526 Enquanto isto não é possível, a humanidade pode ser comparada a um eremita que sabe pertencer, do ponto de vista da anatomia, à família dos antropóides mas que, do ponto de vista da relação psíquica, difere imensamente de seus antepassados. Ele não possui parâmetros de reconhecimento justo no que concerne à principal característica de sua espécie, sendo e permanecendo um enigma. Na verdade, as diferenças que se possam estabelecer com alguma coisa pertencente ao âmbito da própria espécie não fornecem nada de significativo em comparação às possibilidades de conhecimento que um encontro com seres de origem diversa e estruturas semelhantes poderia oferecer. Nossa psique que, em última instância, é a grande responsável por todas as transformações históricas que a mão do homem imprimiu à fisionomia de nosso planeta é, até hoje, um enigma sem solução, um milagre surpreendente, ou seja, um objeto de perplexidade. Essa característica, contudo, é comum a todos os mistérios da natureza. Isso, porém, não diminui nossas esperanças de novas descobertas e de encontrar respostas mesmo para as questões mais difíceis, apesar da grande hesitação do conhecimento, sobretudo ao tratar das questões da

estatísticas e a miscigenação de raças heterogêneas encontra dificuldades na criação de raízes num solo sem história. A formação histórica e humanística, tão imprescindível nessas circunstâncias, acaba radicalizando, na América do Norte, uma existência feita de cinzas. A Europa possui os requisitos dessa formação, embora os utilize para o seu próprio prejuízo, na forma de egoísmos nacionalistas e de um ceticismo paralisador. Ambos se orientam por objetivos materialistas e coletivistas, faltando-lhes justamente aquilo que exprime e dimensiona o homem em sua totalidade, aquilo que coloca o homem individual como medida de todas as coisas.

524 Estas idéias suscitam, em toda parte, fortes dúvidas e resistências e pode-se mesmo dizer que a única convicção realmente aceita de maneira ampla e irrestrita é a desvalorização do indivíduo em comparação com os grandes números. Costuma-se afirmar que, a partir de agora, o mundo moderno é o mundo do homem, ele é quem domina o ar, a água e a terra e que o destino histórico dos povos depende da sua decisão e vontade. Esse retrato tão orgulhoso da grandeza humana infelizmente não passa de uma grande ilusão que rapidamente se desfaz diante de uma realidade tão diversa. Na realidade, o homem é escravo e vítima das máquinas que lhe arrancam seu tempo e espaço; a técnica de guerra, que deveria proteger e defender sua existência física, o reprime e ameaça; a liberdade espiritual e moral, embora ameaçada pela desorientação e pelo caos, está garantida dentro do possível apenas numa parte do seu mundo, enquanto que na outra já foi totalmente aniquilada. Por fim - onde a comédia termina em tragédia - o senhor dos elementos, essa instância de todas as decisões, cultiva uma série de idéias e concepções que selam de modo indigno sua dignidade e transformam sua autonomia em simples quimera. Todos os progressos, realizações e propriedades não o fazem grande, ao contrário, o diminuem. Isso é comprovado

pelo destino do trabalhador no regime de distribuição "justa" dos bens: ele paga com o prejuízo de sua própria pessoa a sua participação na fábrica; troca sua liberdade de movimento pelo aprisionamento no local de trabalho; emprega todos os meios de que dispõe para melhorar seu posto, se não quiser se deixar

explorar, por um trabalho de empreitada esgotante; e quando sente o apelo de qualquer exigência espiritual, recebe prontas as sentenças de fé políticas e o suplemento de algum saber especializado.

Ademais, um teto sobre a cabeça e a forragem diária do gado não são coisas desprezíveis quando as necessidades vitais podem ser reduzidas de um momento para outro.

4. A AUTOCOMPREENSAO DO INDIVÍDUO

525 É espantoso que o homem, causador, descobridor e veículo de tantos desenvolvimentos, autor de todos os julgamentos e decisões e planejador do futuro, tenha feito de si mesmo uma *quantité négligeable*. A contradição e o paradoxo sempre inerentes à avaliação que o homem faz de sua própria essência constituem uma questão surpreendente, que desfaz as bases do julgamento comum, na medida em que faz a constatação de que o próprio homem é um enigma. Isso fica ainda mais explícito na falta de parâmetros necessários para o autoconhecimento. Ele é capaz de estabelecer com clareza as distinções entre si e os outros animais, no que diz respeito a sua anatomia e fisiologia, mas faltam-lhe critérios para a avaliação de si mesmo enquanto essência consciente, auto-reflexiva e dotada de linguagem. Pois nesse aspecto ele é um fenômeno único no planeta, não podendo se comparar a nada semelhante. A única possibilidade de comparação e de autoconhecimento seria a relação com outros seres humanos semelhantes, de carne e osso, que habitassem outros planetas.

526 Enquanto isto não é possível, a humanidade pode ser comparada a um eremita que sabe pertencer, do ponto de vista da anatomia, à família dos antropóides mas que, do ponto de vista da relação psíquica, difere imensamente de seus antepassados. Ele não possui parâmetros de

reconhecimento justo no que
concerne à principal característica de sua espécie, sendo e permanecendo um enigma.
Na verdade, as
diferenças que se possam estabelecer com alguma coisa pertencente ao âmbito da
própria espécie não
fornecem nada de significativo em comparação às possibilidades de conhecimento que
um encontro com
seres de srcem diversa e estruturas semelhantes poderia oferecer. Nossa psique que,
em. última instância,
é a grande responsável por todas as transformações históricas que a mão do homem
imprimiu à
fisionomia de nosso planeta é, até hoje, um enigma sem solução, um milagre
surpreendente, ou seja, um
objeto de perplexidade. Essa característica, contudo, é comum a todos os mistérios da
natureza. Isso,
porém, não diminui nossas esperanças de novas descobertas e de encontrar respostas
mesmo para as
questões mais difíceis, apesar da grande hesitação do conhecimento, sobretudo ao
tratar das questões da